

ANTES DA CONSTITUINTE, A REFORMA

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO*

Já existe consenso sobre a necessidade da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Os problemas técnicos estão postos com as alternativas adequadas para solucioná-los. O prazo está também acordado, para 1986, apesar da isolada resistência do Governador do Rio de Janeiro. Agora o tempo é de examinar a reforma que deve preceder a Constituinte para os ajustamentos imperativos, que não comportam espera.

Ao que tudo indica o futuro Presidente Tancredo Neves já tem a sua idéia formada, pela experiência que a sua biografia expõe e pela sensibilidade que os seus pronunciamentos revelam, sobre os itens principais dessa reforma constitucional imediata. Alguns deles são mesmo indispensáveis para preparar a própria convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

Entendo que não deve haver nenhum açodamento nessa etapa. Qualquer antecipação concernente aos temas fundamentais da reconstitucionalização, os quais deverão ser objeto da decisão da Constituinte de 1986, não é recomendável. O mérito da reforma será escoimar a Carta vigente das limitações que contém quanto à livre manifestação do pensamento, ao nível dos partidos e do sistema eleitoral.

Comecemos pela reforma partidária. A Carta de 1967, revista em 1969, reserva todo o Capítulo III, do Título II, da Declaração de Direitos, à disciplina dos Partidos Políticos. O teor dos artigos 152 e seguintes é de molde a assegurar o estreitamento da organização partidária, em circunstâncias inoportunas para o tempo novo da Constituinte.

Três alterações, a meu juízo, merecem constar da pretendida reforma partidária no plano constitucional. A primeira refere-se à necessidade de desvincular o funcionamento dos partidos políticos seja do percentual mínimo de filiação de membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, seja do apoio expresso em percentuais mínimos de votação distribuídos por Estados, como estipulam os números I e II do § 2º do artigo 152. A segunda, decorrência da anterior, é destinada a garantir a representação de todos os partidos que vierem a ser organizados, revogando-se, para tanto, o § 3º do citado artigo 152. A terceira é a eliminação da fidelidade partidária prevista no § 5º do mesmo artigo.

Outra alteração necessária é a eliminação do voto distrital previsto no parágrafo único do artigo 148, não aplicado na eleição de 1982 por força da disposição transitória do artigo 216. A matéria deve ser deixada à decisão definitiva da Constituinte. Não teria sentido aplicar o sistema distrital, a exigir toda uma infra-estrutura própria, nas vésperas da elaboração de uma nova constituição.

Deve ainda constar da reforma constitucional de 1985, a alteração do artigo 15 da Carta em vigor, relativo à autonomia municipal, para permitir que os Prefeitos das Capitais dos Estados e dos Municípios considerados estâncias hidrominerais sejam eleitos diretamente pelo povo.

Diversas alterações legislativas se seguem à reforma constitucional. Duas saltam aos olhos: a extinção do voto vinculado e a permissão para as coligações partidárias. Uma terceira, consequência natural das facilidades para o funcionamento dos partidos, é acabar com a sub-legenda, que alcança apenas as eleições de Senadores e Prefeitos. É evidente que muitas adaptações serão necessariamente feitas na caótica legislação eleitoral e partidária.

Essas alterações não significam um julgamento definitivo. O sentido delas é o de ensinar que a eleição para a Assembléia Nacional Constituinte seja realizada com a mais ampla liberdade de participação política e o maior espectro de representação do corpo eleitoral. Não é concebível que o desejo de reconstitucionalizar o país seja coartado por regras limitativas da organização partidária, impedindo que correntes de pensamento com livre curso na sociedade fiquem do lado de fora do processo constituinte. O pluralismo democrático é de ser sempre respeitado, sob pena de ficar incoerente a pregação pelo novo começo na história republicana brasileira.

Estamos fazendo o milagre de transitar do autoritarismo para a democracia em paz, sem radicalismos, sem revanchismos. É um crédito ao Presidente da República, sem dúvida, mas é também um crédito sem limites ao povo brasileiro, maduro, articulado e consciente da importância dessa página para que o país chegue ao ano 2.000 como uma grande Nação, livre, independente e democrática. A Assembléia Nacional Constituinte eleita em 1986, sem peias, com poderes ilimitados, é o primeiro grande passo.